

PATRIMÔNIO CULTURAL, REPRESENTAÇÃO E PODER: DESAFIOS À PRÁTICA ANTROPOLÓGICA

Sandro Guimarães de Salles

RESUMO

O presente trabalho discute a atuação dos antropólogos em pesquisas que subsidiam processo de patrimonialização, especialmente nas pesquisas promovidas pelo IPHAN, no contexto do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC. Inicialmente, procuro situar diferentes momentos das políticas de patrimônio no Brasil, mostrando que a atuação dos antropólogos ou de uma perspectiva antropológica no campo do patrimônio cultural acompanha o próprio alargamento desse conceito, com o advento de novas narrativas nacionais sobre patrimônio e com o protagonismo dos bens de caráter imaterial. Em um segundo momento, abordo a pesquisa de campo em inventários patrimoniais, situando diferentes dimensões, quase sempre conflitantes, presentes na prática do antropólogo. Concluo o artigo apresentando alguns desafios teórico-metodológicos para o campo do patrimônio cultural, considerando que alguns conceitos nele implicados estão (há décadas) sendo repensados e o fato de não lidarmos mais com realidades fixas, localizadas e simbolizadas, mas com culturas e identidades em fluxo e trânsito constantes.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Representação, Identidade

CULTURAL HERITAGE, REPRESENTATION AND POWER: CHALLENGES TO ANTHROPOLOGICAL PRACTICE

ABSTRACT

This work discusses the role of anthropologists in research that subsidize patrimonialization process, especially in research conducted in the context by National Inventory of Cultural references (INRC). Initially, i try to situate different times of heritage policies in Brazil, showing that the performance of anthropologists or anthropological perspective in the field of cultural heritage follows the extension of this concept itself, with the advent of new national narratives heritage and the role of immaterial character goods. In a second stage, i approach the research field in asset inventories, placing different dimensions, often conflicting with the current practice now on days by anthropologist. I conclude this article by presenting some theoretical and methodological challenges to the field of cultural heritage, whereas some concepts involved in it are (for decades) being rethought as well as the fact that we no longer deal with the realities fixed, localized and symbolized, but cultures and identities in constant transit and flow.

Keywords: Cultural Heritage, Representation, Identity

Doutor em Antropologia. Professor da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: sandro.ufpe@gmail.com.

Nos países ocidentais, há pelo menos três décadas, surgem diversos discursos sobre as práticas de preservação cultural, que se apoiam em diferentes justificativas e significados. Ainda no final do século XVIII e início do século XIX, diferentes modalidades de bens materiais ou objetos culturais, vistos como legítimos representantes de uma dada cultura ou símbolo de identidade cultural, vão compor as diversas coleções dos museus modernos ocidentais. Em meados do século XIX, esses bens materiais já estavam vinculados à noção de monumento e patrimônio cultural da humanidade. Hoje, como observou Mestre e Cardona (2006), as concepções de museologia e museografia, ainda, mantêm uma relação direta com a de patrimônio, como estratégias e táticas para organizar sua apresentação compreensiva e desencadear suas potencialidades emotivas. Deste modo, os seres humanos tenderiam a atuar sobre o patrimônio a partir de estratégias museológicas.

O presente trabalho propõe uma reflexão sobre a atuação dos antropólogos em pesquisas que subsidiam processo de patrimonialização, mais precisamente no contexto do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC, metodologia utilizada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional - IPHAN, desde 2000, criada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, com o objetivo de “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira” (Arantes Neto, 2000, p. 23). Não pretendo, com a reflexão aqui proposta, apresentar resultados de uma pesquisa quantitativa, partindo de dados estatísticos, revelando, com detalhes, o panorama desses inventários. As questões aqui colocadas surgiram da minha própria experiência como

pesquisador e coordenador de inventários promovidos pelo IPHAN ou sob sua supervisão. O argumento central deste artigo é que a crescente participação dos antropólogos neste campo não tem sido acompanhada de uma reflexão crítica sobre políticas públicas, teorias e métodos empregados em inventários patrimoniais.

1. CAMINHOS E DESCAMINHOS DO PATRIMÔNIO

Concebemos patrimônio como um conceito aberto e em construção, sendo seus usos e significados determinados por relações de poder, seguindo tendências e valores políticos e ideológicos dominantes em um dado tempo e espaço. No Brasil, o interesse pelo patrimônio surge com o empreendimento de construção de uma memória e de uma identidade nacionais, ainda no século XIX. As primeiras medidas neste sentido ligam-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Inicialmente, as ações se voltam para o registro da história nacional, para o que também contribui a fundação, no mesmo ano, do Arquivo Nacional. As primeiras leis e medidas oficiais voltadas para a proteção dos monumentos considerados históricos, no entanto, só apareceriam quase um século depois. Assim, a Constituição Federal de 1934, em seu artigo 148, menciona a proteção dos “objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País”, que seria papel da União, dos estados e municípios. No mesmo ano é criada a Inspeção dos Monumentos Históricos Nacionais, que surge ligada ao Museu Histórico Nacional. Mas é com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, que as políticas

de patrimônio se intensificam. Desde sua fundação até 1969, ou seja, por mais de três décadas, o órgão foi presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade. Sobre a política por ele implementada, Gonçalves escreveu:

Rodrigo concebe-se a si mesmo, assim como à elite intelectual de que faz parte, como o responsável pela missão de dar continuidade à “obra de civilização” que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais. Essa obra é pensada como uma “tradição” que assegura a continuidade da nação brasileira (Gonçalves, 2002, p. 42).

Desde sua fundação, o SPHAN se manteve comprometido com a proteção do patrimônio brasileiro considerado de excepcional valor histórico e artístico. Suas ações limitavam-se às obras de arte, às edificações e monumentos históricos (igrejas barrocas, fortes, casas-grandes etc.), reproduzindo, deste modo, uma tendência predominante em todo o ocidente, na qual a concepção de patrimônio esteve ligada ao legado das classes dominantes, detentoras do poder.

A concepção de patrimônio vigente até meados da década de 1970, portanto, reproduzia ideias e práticas colonialistas. A atuação dos antropólogos (ou de uma perspectiva antropológica) no campo do patrimônio cultural acompanha a crítica a essa concepção, que se dá em duas direções: a primeira seria o advento de novas narrativas nacionais sobre patrimônio, seguindo uma tendência observada em outros países. Deste modo, o patrimônio, que desde a revolução industrial esteve comprometido com o reforço dos estados-nação ocidentais, servindo à classe ilustrada dominante, vai, a partir da década de 1970, desencadear um movimento

de democratização do acesso à cultura (Mestre e Cardona, 2006). Mas é, sobretudo, o reconhecimento da cultura popular como dimensão fundante do patrimônio nacional que marca os novos discursos sobre patrimônio. Um nome importante nesse deslocamento é o do designer pernambucano Aloísio Magalhães, um dos fundadores, em 1975, do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC. Em 1979, ele assume a direção do SPHAN, distanciando-se das concepções de “civilização” e “tradição” que nortearam o discurso de Rodrigo. Aloísio fundamenta seu discurso nas noções de “desenvolvimento” e “diversidade cultural”, utilizando a expressão “cultura brasileira” não enfatizando o passado, mas o presente, associando a noção de bens culturais à vida cotidiana das pessoas (Gonçalves, 2002).

No Brasil, um dos primeiros resultados concretos dessa nova narrativa foi o tombamento, pelo SPHAN, do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia, em 1984. O processo que tombou o terreiro teve como relator o antropólogo Gilberto Velho, que na época compunha o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A disputa acirrada durante a votação – três votos a favor, um pelo adiamento, duas abstenções e um voto contra – revelou como esse novo olhar encontrava resistência dentro do próprio organismo responsável pela proteção do patrimônio no País. A resistência, portanto, representava a posição cômoda dos ideólogos do patrimônio cultural no Brasil com relação às ideias e concepções – aparentemente bem resolvidas – sobre o que poderia ou não ser considerado patrimônio nacional.

O segundo aspecto significativo para essas mudanças diz respeito ao protagonismo dos bens de caráter imaterial, motivado, em parte,

pela crítica à Convenção da Unesco sobre o Patrimônio Cultural, ocorrida em 1972. Na ocasião, diversos países, muito dos quais do terceiro mundo, exigiram a criação de um instrumento de proteção às manifestações populares de valor cultural (Sant’Anna, 2009). Deste modo, o debate e as políticas públicas no campo do patrimônio vão, aos poucos, incluindo os bens de natureza imaterial, os quais são definidos pela Constituição Federal de 1988 como “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Doze anos mais tarde, com o Decreto-Lei 3.551 de 04 de agosto de 2000, é instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Essas mudanças exigiam modificações nos mecanismos de preservação, considerando que o tombamento só faria sentido para bens materiais. A questão agora seria como reconhecer a existência de um patrimônio imaterial sem, no entanto, negar as injunções do tempo, as transformações e o dinamismo que lhes são próprios.

Sendo esse patrimônio intangível objeto tradicionalmente estudado pelos antropólogos, o modelo de pesquisa exigido para subsidiar os registros dos bens culturais vai, até certo ponto, manter semelhanças com a pesquisa antropológica. A importância da incorporação da “visão antropológica” na identificação dos bens culturais representativos dos diferentes grupos sociais é ressaltada pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto, na Introdução do INRC.

2. OBSERVANDO BENS CULTURAIS

Nos processos de patrimonialização, o pesquisador trabalha com uma política e uma

concepção de patrimônio cultural supostamente bem definidas. Assim, há um acordo tácito sobre o significado de patrimônio, cultura e de outros conceitos-chaves, uns mais antigos, outros mais recentes, próprios da área, como bens culturais, salvaguarda, inventário, patrimônio material e imaterial etc., que vão aos poucos sendo incorporados ao arsenal intelectual do pesquisador. Durante quase toda a pesquisa, no entanto, o pesquisador é envolvido na dinâmica do processo, que inclui cronogramas, reuniões, planejamento, além de questões de ordem burocrática e administrativa, restando pouco (ou nenhum) tempo para reflexões sobre sua própria prática. As tensões são minimizadas na fuga para a necessidade real do cumprimento dos prazos, acordos e contratos assinados.

Essas tensões podem ser melhor compreendidas se consideramos a existência, em pesquisas aplicadas, de três dimensões quase sempre conflitantes, presentes na prática do antropólogo: a do estudioso dos fenômenos socioculturais, com um conjunto de questões próprias da sua formação, que precisam ser acionadas à luz do seu suprimento geral de conceitos teóricos; a do sujeito que se insere em um dado contexto e cria, muitas vezes, laços de afetividade e/ou compromissos com seus interlocutores, dimensão esta que ultrapassa a reflexão teórico-metodológica; e, por fim, a dimensão técnica, do profissional contratado para exercer um papel bem definido, com prazos, metas e compromisso assumidos, inserido em um contexto onde quase não há lugar para discutir os problemas suscitados pelas três dimensões.

Embora todas mereçam a mesma atenção, as duas primeiras dimensões devem servir de parâmetros para a terceira. O fato é que,

em inventários patrimoniais, a preocupação em atender urgências de editais, licitações e outras formas de se conseguir financiamento para a pesquisa, sobretudo aquelas chanceladas por instituições referências, nem sempre vem acompanhada de uma reflexão do antropólogo sobre o seu papel, sobretudo no tocante às questões político-epistemológicas. Neste caso, a ênfase recai na dimensão técnica.

Essa inversão de valores seria uma marca das pesquisas em ciências sociais em nossos dias. Como escreveu Sérgio Costa,

Também fácil de entender é a insatisfação com o poder excessivo dos editais de fomento. Aquilo que será pesquisado e a maneira como será conduzida a investigação já não são mais definidos pelo interesse dos cientistas, mas pela oferta de fundos para a pesquisa [...] os pesquisadores passam a meros executivos que administram atividades de pesquisa [...] (Costa, 2010, p. 28).

Preocupações próximas às mencionadas acima, ou seja, com o lugar do antropólogo em pesquisas aplicadas, já teriam sido manifestadas por Roger Bastide, embora este estivesse distante das discussões mais recentes sobre a relação pesquisador-nativo,

O antropólogo não é somente um técnico, mas um homem; enquanto técnico, possui conhecimentos que lhe permitem trabalhar para a realização de certos fins; porém, enquanto homem, tem a liberdade – logo, o dever – de rejeitar todas as solicitações que não lhe pareçam moralmente justificáveis (Bastide, 1979, p. 28).

É preciso, ainda, considerar que há muito tempo os grupos tradicionalmente estudados

pelos antropólogos deixaram de ser meros informantes, a nutrir o pesquisador de dados sobre sua cultura. Essa não passividade dos observados põe em questão a crítica ao projeto colonialista de alterização, que mantém a distinção assimétrica entre pesquisador e nativo, entre Nós e Eles (Fabian, 2013). Somos frequentemente observados por nossos “nativos”, que nos questionam sobre o que pretendemos com a pesquisa, quais os reais ganhos que terão, quem são os pesquisadores, porque estes foram contratados e não outros etc. Muitos desses grupos, inclusive, possuem seus próprios pesquisadores, com formação universitária, atentos ao que está sendo escrito sobre eles.

Há de se considerar, também, em inventários patrimoniais, que a maioria dos detentores dos bens já vem desenvolvendo alguma relação com o governo estadual e/ou municipal. Nos quatro primeiros inventários propostos pelo Governo de Pernambuco, por exemplo – INRC do Maracatu Rural, INRC do Maracatu Nação, INRC do Cavalo-Marinheiro e INRC do Caboclinho –, a grande maioria dos grupos recebia subvenção e participava de algum projeto ou evento com apoio de órgãos estaduais ou municipais. Alguns, no entanto, se mostravam mais satisfeitos com essa relação, outros menos, o que suscitava reações diferentes à presença dos pesquisadores. O fato é que estes, no contexto dos inventários, tendem a ser identificados por seus interlocutores como parte de algo maior, ou seja, como representantes do Estado. Este aspecto suscita reações diversas, podendo tanto atrair os grupos, que veem no inventário uma forma de aumentar o seu prestígio ou poder, quanto afastá-los, por não acreditarem ou não concordarem com as políticas culturais vigentes. De um modo ou de outro,

as posições e identidades que são conferidas ao pesquisador influenciam a relação entre ambos e, conseqüentemente, as narrativas e o comportamento dos grupos estudados.

Pensando em atenuar esses e outros problemas que dificultam o contato, o antropólogo Antonio Arantes Neto, no Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais, sugere inserir nas equipes de pesquisa representantes do bem pesquisado, o que coferiria mais legitimidade ao inventário. Com este propósito, faz a seguinte recomendação:

Por essas razões, recomendo vivamente que as equipes de campo do inventário incluam, além de especialistas e técnicos, pessoas do lugar que possam futuramente ser os interlocutores do IPHAN no trabalho de manutenção e realimentação desses acervos de informação (Arantes Neto, 2000a, p. 35).

Embora a orientação acima seja pertinente e deva ser considerada em qualquer inventário, a inserção de um representante do bem na equipe de pesquisa também não é tarefa fácil, considerando que disputas entre grupos e entre lideranças são comuns a qualquer grupo social. Essa inserção, portanto, pode ajudar no trabalho de campo, mas, uma vez que confere certo prestígio a um determinado sujeito ou grupo, pode também afastar outros. Durante a realização do INRC da Capoeira em Pernambuco, por exemplo, a presença de um mestre como membro da equipe contribuiu para o êxito da pesquisa¹. Isto foi possível devido ao seu trânsito entre os demais grupos e mestres, o

que não é fácil detectar antes da realização do trabalho de campo. Em outros inventários que tive oportunidade de acompanhar, no entanto, a escolha de um representante para compor a equipe foi interpretada de forma negativa por outros grupos.

As identidades conferidas ao pesquisador pelos sujeitos detentores do bem tendem a se modificar no imponderável da interação e no processo mútuo de conhecimento dos valores e códigos em ação. Neste sentido, o breve contato do antropólogo com seus interlocutores, durante a realização de um inventário, pode não ser suficiente para que esta mudança aconteça. Quando se aplica a metodologia do INRC, o tempo de contato com os grupos tende a ser o equivalente ao tempo necessário ao preenchimento das fichas². Considerando que, neste caso, os dados devem ser adquiridos através de roteiros e formulários padronizados, as perguntas tendem a ser previamente estruturadas e definidas. Penso que para descrever um bem e justificar sua candidatura a patrimônio cultural não é necessário preencher tantas fichas, coletar tantos dados e buscar contemplar, necessariamente, determinadas categorias. Um pesquisador pode elaborar um relatório ou dossiê sobre um determinado bem trazendo as informações que sua observação e seus interlocutores irão apontar como relevantes. Outro problema seria o fato de o pesquisador (e aqui não me refiro exclusivamente aos antropólogos) ter sua criatividade e autonomia minimizadas, uma vez que tem que trilhar um percurso metodológico predeterminado, com categorias bem definidas.

1 O mestre que integrou a equipe foi José Olímpio Ferreira da Silva, mais conhecido como Mestre Corisco.

A metodologia utilizada no INRC exige o preenchimento de um número considerável de fichas, que inclui fichas de identificação das formas de expressão, das celebrações, dos ofícios e modos de fazer, dos lugares, das edificações, entre outras.

Considerando que nenhuma ação no campo do patrimônio é neutra, penso que o pesquisador deve refletir sobre o lugar que ocupa na pesquisa e sobre as identidades que lhe são conferidas, ao invés de limitar-se à coleta sistemática de dados sobre a história e a cultura dos grupos por ele estudados. Por outro lado, como mencionado, os representantes desses grupos já não são meros informantes de suas culturas, simples agentes passivos alimentando a distinção assimétrica entre pesquisador e pesquisado. Temos observado, por exemplo, que a patrimonialização de diversos bens culturais tem contribuído – mormente pelo agenciamento dos seus próprios detentores – para o empowerment de grupos historicamente marginalizados e oprimidos. Com efeito, esses grupos (pelo menos um número significativo deles) vêm se organizando em diferentes formas de associativismo, desenvolvendo identidades político-culturais, estratégias de poder e de afirmação política. Após longa história de invisibilidade, mais do que ser observados e descritos querem ser ouvidos. Essas diferentes formas de organização estão alinhadas com o fenômeno dos movimentos sociais contemporâneos. Diferentes dos movimentos sociais precedentes, eles expressam a emergência de novos sujeitos sociopolíticos e novas dinâmicas sociais, com diversas especificidades (gênero, sexualidade, etnia, religião, entre outras), reivindicando direitos, reconhecimento e inclusão social.

Um último aspecto relacionado aos problemas enfrentados pelo antropólogo diz respeito ao pós-inventário. No fim da pesquisa, o pesquisador tende a afastar-se do grupo pesquisado, deixando sob a responsabilidade do Estado o cumprimento das etapas seguintes. O pro-

blema é que, mesmo que ele mantenha o diálogo com a comunidade pesquisada, a parte posterior à pesquisa não depende mais dele. Sua imagem, no entanto, tende a permanecer, junto aos grupos, associada ao projeto, sendo o pesquisador muitas vezes responsabilizado pelo que não corresponder às expectativas geradas pelo inventário. É necessário, portanto, não só ter um bom conhecimento do bem a ser pesquisado, nem simplesmente dominar a metodologia empregada (seja qual for), mas refletir sobre o que está sendo proposto e sobre os limites e alcances dessa proposta. Um segundo passo, uma vez concordando com os propósitos do inventário, seria o de assumir o desafio de explicar à comunidade os objetivos do projeto e qual o real ganho (simbólico e/ou material) que ela pode vir a ter. Neste caso, é fundamental deixar claro que as ações do Estado (de natureza lenta e burocrática) são de médio a longo prazo, além de dependerem, por um lado, de interesses políticos e, por outro, de lutas, pressões, alianças e negociações da própria comunidade.

QUESTÕES FINAIS: PATRIMÔNIO E TRADIÇÃO

Bem antes do debate desconstrucionista sobre a noção de tradição, Mauss já alertava para o fato de o emprego do termo ser “perigoso”. “Muitas vezes a palavra lembra inércia, resistência ao esforço, desgosto de tomar novos hábitos, incapacidade de obedecer a forças novas, de criar um precedente” (Mauss, 1979, p. 201). Em artigo publicado há quase uma década, quando o debate em torno do patrimônio se intensifica entre os antropólogos, Hermano Vianna (2005), analisando as novas festas ama-

zônicas, consideradas por alguns críticos como não tradicionais, deturpação da “verdadeira” ciranda, do “verdadeiro” boi, questionava sobre o que (ou quem) poderia determinar o que merece ser preservado. Também questionava o fato de o desinteresse do povo por algumas tradições ser quase sempre interpretado como engano, manipulação ou agressão externa. Essas questões colocadas por Vianna chama a atenção para a necessidade de repensarmos uma série de conceitos implicados nas concepções vigentes de patrimônio cultural, como os de cultura e tradição, os quais não mais podem ser empregados sem uma ampla discussão sobre seus limites e alcances. Neste sentido, penso que é necessário considerar, entre outros aspectos, o fato de os estudiosos da cultura, hoje, não mais lidarem com realidades fixas, localizadas e simbolizadas, mas com culturas e identidades em fluxo e trânsito constantes, com mundos cuja diversidade se recompõe a cada instante (Augé, 1997). É neste cenário de desconstrução que Homi Bhabha (1998) chama a atenção para o fato de o surgimento de novos signos de identidade e da própria noção de sociedade compor, em nossos dias, um cenário de desorganização, de entre-lugares. Assim, a questão de como se formam os sujeitos nesse novo contexto e de que modo são formuladas as estratégias de representação e poder seriam as novas tarefas das ciências sociais. Para tanto, os estudiosos da cultura teriam que romper com velhas concepções teórico-metodológicas, pois a própria noção de comunidade estaria em crise. Assim, mesmo os casos de histórias em comum de privação e discriminação seriam frequentemente marcados por contradições e antagonismos. Se consideramos os argumentos de Bhabha, podemos afirmar que a própria noção de patrimônio cultu-

ral não poderia mais ser associada a traços culturais ou étnicos, predeterminados e fixos, legitimados pela noção de tradição. Esta não mais legitimaria a diferença, uma vez que o reencontro com o passado, sugerido pelo termo, seria marcado por novas temporalidades culturais, as quais seriam incomensuráveis na invenção da tradição. Deste modo, em nossos dias, a complexidade na qual se assentaria a noção afastaria qualquer acesso imediato a uma dada tradição ou a uma identidade original.

Trabalho recebido em 05/11/2013

Aprovado para publicação em 03/06/2014

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. Por uma antropologia dos mundos contemporâneos. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. Introdução. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2000.

_____. Como ler o INRC. In: Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: Iphan, 2000a.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e Diferença na Economia Cultural Global. In: Fethearstone, M. Cultura Global. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. La aldea global. In: La modernidad desbordada: Dimensiones culturales de la globalización. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

- BHABHA, Homi K. O local da Cultura. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BASTIDE, Roger. Antropologia Aplicada. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.
- CLIFFORD, James. A experiência Etnográfica. Antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- COSTA, Sérgio. (Re)Encontrando-se nas Redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. Estudos de Sociologia, Recife, v. 1, n. 1, jan./jun. 1995.
- FABIAN, Johannes. O Tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- GEERTZ, C. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.
- MAUSS, Marcel. Antropologia (Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Editora Ática, 1979.
- MESTRE, Joan Santacana; CARDONA, Francesc Xavier Hernández. Museologia Crítica. Gijón: Ediciones TREA, 2006.
- RABINOW, P. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: BIEL, João (Org.). Antropologia da razão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- SALLES, Sandro Guimarães de. Notas sobre representação e patrimônio. In: SANDRONI, Carlos; SALLES, Sandro Guimarães de (Orgs.). Patrimônio Cultural em Discussão: novos desafios teórico-metodológicos. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.
- SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do Patrimônio Cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2009.
- VIANNA, Hermano. Tradição da mudança: a rede das festas populares brasileiras. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, v. 32, p.302-315, 2005.